

O PAPEL DOS ARQUIVOS DIOCESANOS
NA CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE ARQUIVOS
DA IGREJA CATÓLICA: O CASO DA DIOCESE DE BILBAU *

ANABELLA BARROSO ARAHUETES **

1. Introdução

A planificação descritiva dos arquivos eclesiais deve incluir os mesmos elementos que a de qualquer outro arquivo, em função das características de cada fundo e da identificação das necessidades de pesquisa dos leitores externos e internos. Cremos que a especificidade dos arquivos eclesiais ¹ se deve ao carácter privado da instituição e ao tipo de documentação que produz, cuja função em primeira instancia é pastoral, mas não é por isso que necessitam de um tratamento arquivístico diferente do de qualquer outro arquivo. Da mesma forma que, por exemplo, a documentação judicial não tem maior ou menor valor jurídico, por se aplicar um tratamento arquivístico correcto ou incorrecto, a documentação eclesial não perde a função pastoral com que foi gerada, mas complementa-se com o valor histórico, informativo e probatório que tem uma documentação que, sem dúvida, faz parte do património cultural da sociedade.

* Tradução do castelhano do texto da comunicação apresentada no “Encontro Nacional de Responsáveis dos Arquivos Diocesanos e Institutos Religiosos”, realizado em Fátima em 15 de Maio de 2003.

** Directora do Arquivo Histórico Eclesial de Biscaia (AHEB-BEHA) e do Serviço Diocesano de Arquivos de Bilbao (www.aheb.beha.org).

¹ Assumimos toda a tipologia de arquivos gerados pela Igreja, tal como o reconhecem obras clássicas como os diversos artigos de Pedro Rubio e, especialmente, o seu manual RUBIO, P., *Archivística eclesial. Nociones básicas*. Sevilla, 1999. Também são de consulta obrigatória as cartas circulares da Pontifícia Comissão para os bens culturais da Igreja publicadas em 1997 (A função pastoral dos Arquivos Eclesiais) e em 1999 (a intitulada Necessidade e urgência do inventário e catalogação dos bens culturais da Igreja). De todas as formas, preferimos a denominação de arquivos eclesiais para não assimilar sempre os produtores da documentação com a condição eclesial de parte dos seus membros.

A Igreja, como instituição mergulhada na sociedade actual, deve enfrentar os desafios da sociedade da informação e das novas tecnologias e deve facilitar ao máximo a difusão e conservação dos seus ricos fundos documentais que, além do valor pastoral, têm um indubitável carácter cultural que lhe dá o valor acrescentado para se converter em parte do património cultural.

Dado que toda a documentação gerada pela Igreja no exercício das suas funções é o sinal e o testemunho de uma fértil vida eclesial, a Igreja deve necessariamente cuidar da rica documentação que produz em todas as fases do ciclo vital dos documentos e em todos os suportes. Enfrentar o desafio da normalização descritiva e do tratamento da documentação eclesiástica com as técnicas adequadas e pô-lo à disposição do público, não só não diminui a função pastoral da documentação eclesiástica, como também permite cumprir um dos fins de uma instituição cujos projectos de evangelização, entre outros objectivos, procuram tornar efectiva a relação entre fé e cultura. Uma forma excelente de combinar esses dois conceitos é pôr a documentação eclesiástica ao serviço da comunidade na qual se insere, com as exigências requeridas pela evolução da sociedade da informação em que a Igreja, como uma instituição mais, se encontra mergulhada.

Nas páginas que se seguem, vamos apresentar as diferentes fases da política arquivística diocesana desde a criação do Arquivo Histórico como um arquivo de concentração de arquivos paroquiais até à integração deste arquivo na peça fundamental do Sistema Arquivístico Diocesano, posto em funcionamento desde que em 1997 se criou o Serviço Diocesano de Arquivos, com a intenção de criar um sistema de gestão integral de arquivos para todos os organismos e instituições da diocese de Bilbao.

2. Fases da política arquivística da Diocese de Bilbao

Desde a sua criação em 1950, a diocese de Bilbao mostrou uma especial sensibilidade e preocupação em pôr ao serviço da sociedade o seu património histórico documental. Através das paróquias, dos organismos autónomos e dos serviços gerais diocesanos assumiu coerentemente o custo derivado da conservação, utilização e difusão de um património documental que, ainda que pela sua natureza e pelos seus fins, seja primeiramente pastoral, tem um valor social e cultural inegável. A política arquivística diocesana respondeu sempre à certeza de que a inerente função pastoral da documentação eclesiástica se complementa com o valor histórico, informativo e probatório de uns fundos de arquivo que, sem dúvida, pertencem ao património cultural da sociedade. Por isso, os responsáveis diocesanos estão conscientes desde sempre que a especificidade dos arquivos eclesiásticos se deve ao carácter privado da instituição e ao tipo de documentação gerada e que, sem detrimento da função pastoral desta última, o tratamento arquivístico dos fundos deve ser similar ao de qualquer outro arquivo. Além disso, as mudanças da política arquivística diocesana enfrentaram os mesmos desafios que o resto dos arquivos, entre

os quais podemos citar a normalização da descrição e as novas tecnologias, como adaptação às exigências requeridas pela evolução da sociedade da informação na que a Igreja, como uma instituição mais, se encontra mergulhada.

Duas datas são cruciais na política arquivística diocesana. Por um lado, entre 1976 e 1997 o Arquivo Histórico Eclesiástico de Biscaia concentra diversos arquivos paroquiais e oferece um serviço digno aos leitores internos e investigadores externos, que podem consultar fundos tratados com as técnicas arquivísticas vigentes nesse momento. Desde 1997, a criação do Serviço Diocesano de Arquivos marca o início de uma etapa de unificação de directrizes para todos os arquivos de organismos e instituições diocesanas, além das paróquias, e uma fase de normalização descritiva e adaptação às novas tecnologias.

Ainda que o Arquivo Histórico Eclesiástico de Biscaia se tenha constituído em 1976, há que recuar uns anos para encontrar as suas origens no Seminário de Derio no qual, em plena crise sociopolítica e com as molas de sustentação da disciplina seriamente deterioradas ², as inquietações intelectuais de muitos dos seus membros dão lugar a várias instituições culturais na diocese de Bilbau, além do próprio Arquivo, como o Museu Diocesano e o Instituto Labayru ³. Este arquivo começa a forjar-se em 1972 com o inventário geral dos Arquivos Paroquiais de Biscaia, realizado por vários seminaristas. Daí se conclui da conveniência de transferir para um lugar adequado a documentação dos arquivos paroquiais anterior a 1900. Em 29 de Setembro de 1976, um decreto de Monsenhor Anoveros definiu a constituição do Arquivo Histórico Eclesiástico de Biscaia que se pôs em marcha a 2 de Novembro desse mesmo ano, como um arquivo de concentração de fundos paroquiais ⁴. Este serviço começou por ser organicamente dependente da Delegação Diocesana de Ensino e de 1978 a 1987 esteve integrado, continuando a conservar a sua autonomia, no Instituto Labayru. Desde 1993 passou a depender da Delegação Diocesana de Património Histórico Cultural.

Com este arquivo procurava-se, em primeiro lugar, uma solução para os fundos documentais das paróquias onde a escassez de recursos presbiteriais, numa sociedade que forçadamente se secularizava, não assegurava uma conservação adequada nem facilitava a consulta aos numerosos investigadores interessados na história familiar, na genealogia ou na história social. Em nenhum momento os responsáveis diocesanos ou os sucessivos directores, apesar do seu diferente talante, tiveram um conceito patrimonialista de um arquivo, cuja função principal é conservar, cus-

² Para o estudo da vida do Seminário de Derio nos anos 70 e para o estudo da diocese de Bilbau no final do franquismo, consultar BARROSO, A., *Sacerdotes bajo la atenta mirada del régimen franquista. Los conflictos sociopolíticos de Iglesia do País Vasco entre 1960 e 1975*. Ed. Desclée de Brouwer, Bilbau, 1995.

³ Para analisar este aspecto é interessante a consulta do artigo publicado por MARTINEZ, G., "El movimiento Derio", en Alkarren Barri/Comunicación, diciembre 2001.

⁴ Ver decreto de criação no Boletín Oficial del Obispado de Bilbau, Outubro de

todiar e difundir a memória viva de uma comunidade cristã que se foi construindo ao longo dos séculos. Por isso, primou sempre o interesse por pôr os fundos documentais à disposição das entidades que os geram e do público em geral, tal como consta do decreto de criação do Arquivo.

“Viu-se a conveniência de constituir um Arquivo Histórico Eclesiástico, no qual se possa ir depositando paulatinamente a documentação que, sendo de valor histórico de maior ou menor amplitude e não tendo uma utilidade pastoral imediata, se encontra dispersa pelos distintos arquivos da diocese e nem sempre em condições técnicas de conservação e segurança. Por outro lado, este Arquivo Histórico Eclesiástico permitirá uma catalogação científica que torne mais úteis os fundos do mesmo para seu manejo e investigação por todas as pessoas que mostrem interesse pelo conhecimento da história do nosso povo”⁵.

De 1976 a 1980, quatro pessoas sob o orientação do primeiro director do arquivo, Pedro Ojanguren, recolheram os fundos da maioria das paróquias de Biscaia⁶. Ainda que sejam inumeráveis as peripécias, há que registar que no geral os párocos acederam com relativa facilidade à transferência da documentação para o Arquivo. À medida que os fundos chegavam, a mesma equipa inventariava-os e catalogava-os e de seguida punham-se à disposição dos, já então, numerosos investigadores⁷, numa sala habilitada na biblioteca do Seminário diocesano de Derio. Num primeiro momento depositaram-se no AHEB-BEHA os livros de registo de administração de sacramentos (baptismos, casamentos, defunções e confirmações) e os fundos não sacramentais compreendidos entre o século XVI e 1900, de um total de 190 paróquias biscainhas.⁸

1976, página 537.

⁵ Ver decreto citado na nota 4.

⁶ A recolha não se fez por decreto episcopal, mas pela própria vontade das paróquias com as quais se assinou um contrato de depósito que registava o inventário dos livros recolhidos. Nas sucessivas recolhas de documentação assina-se uma relação de entrega que, em forma de anexo, se acrescenta ao contrato. Desde a abertura do Serviço Diocesano de Arquivos, um dos objectivos é a regulação das transferências para evitar a chegada extraordinária de fundos.

⁷ Isto pode constatar-se no relatório do próprio Arquivo publicado no Boletín Oficial del Obispado de Bilbao, de Janeiro de 1980 e nas memórias anuais do Instituto Labayru (desde 1981 a 1987). Também se pode consultar em *“El Archivo Histórico Eclesiástico de Bizkaia. 1976-2001”*. Memória elaborada e editada pelo próprio Arquivo em Outubro de 2001 por ocasião do 25º aniversário da sua criação. Bilbao, 2001.

⁸ Para o processo de recolha consultar OJANGUREN, P., “Centralización de Fondos archivísticos diocesanos”, em I Semana de Estudios de História Eclesiástica del País Vasco, Homenaje a J. M. de Barandiarán e M. de Lecuona, Vitoria, Facultad de

De 1976 a 1986, o Arquivo contou com muitos colaboradores e viveu uma época de grande vitalidade. Nesses anos, ainda que o orçamento diocesano tenha sufragado sempre a maioria dos gastos e investimentos do Arquivo, também se contou com a colaboração económica de Eusko Ikaskuntza, da *Diputación* de Biscaia e da Universidade de Deusto, graças à qual um grupo de alunos de História inventariaram superficialmente e com maior ou menor fortuna, os chamados papéis vários. Em 1990, Eusebio Martija recebeu o testemunho na direcção e cessaram praticamente todas as contribuições extradiocesanas e a equipa de trabalho reduziu-se, sendo a atenção ao público a sua principal tarefa. Compraram-se mais leitores de microfilme, tendo a sala de investigadores chegado a contar com 16 postos de trabalho, e restringiu-se a consulta de originais dos séculos XV e XVI, sendo a sua consulta possível unicamente em microfilme.

A existência do Arquivo Histórico paliava a situação da documentação paróquial anterior a 1900 e assegurava a sua disponibilização a um crescente número de leitores e investigadores ⁹, mas não oferecia uma solução para a documentação moderna que as próprias paróquias produziam durante o século XX, dando-se a contradição de as mesmas séries dos mesmos fundos receberem um tratamento distinto em função de continuarem nas paróquias ou de estarem depositados no Arquivo Histórico. Da mesma forma, segundo o critério vigente nesse momento, o Arquivo Histórico não era o lugar onde os diversos organismos diocesanos, incluindo as delegações da cúria e as paróquias criadas no século XX, podiam depositar a sua documentação, por não se considerar histórica pelo facto de ser posterior a 1900. Por isso, por volta de 1990, os responsáveis diocesanos detectaram um iminente e quase inevitável risco de perda e destruição da chamada documentação moderna, gerada em todo o tipo de suportes pelos diversos organismos diocesanos, cuja multiplicidade, diversidade e dispersão não ajudavam à conservação da documentação na sua fase intermédia ¹⁰. Consideraram a situação preocupante e, em 1993, propuseram a criação de um organismo diocesano autónomo, em que profissionais espe-

Teología, 1981 e ARANA, M., *Los fondos do AHEB-BEHA*, em Seminario Interno de Formación, marzo 2001 e também entrevista realizada a Pedro Ojanguren e depositada no Arquivo de Fuentes Orales da diocese de Bilbao.

⁹ Para analisar a evolução do número de usuários do Arquivo, podem consultar-se vários artigos, por exemplo: BARROSO, A., “Archivos para todos: Mitos y realidades. El caso del Archivo Histórico Eclesiástico de Bizkaia”, em Revista *Métodos de Información*, 2002 (no prelo) e BARROSO, A., PRIETO, A.B; JAUREGI, I., “El perfil y la opinión del usuario del Archivo Histórico Eclesiástico de Bizkaia” em *Los retos de la normalización y las nuevas tecnologías I Jornadas de Archivística Eclesiástica*, Bilbao, mayo de 2002. Edição fotocopiada do próprio arquivo, páginas 247 a 283. Neste contributo fazemos um estudo dos leitores do AHEB-BEHA a partir dos dados estatísticos que temos desde 1976 até à actualidade, o que nos permite ver a evolução do número, do tipo de usuários e dos temas de investigação.

¹⁰ Veja-se o relatório apresentado pelo Chanceler da diocese de Bilbao ao

cializados em arquivística se encarregassem de assessorar e supervisionar os arquivos de todas as instituições diocesanas. Este organismo teria como objectivo prioritário a implementação de um sistema de gestão integral de arquivos no âmbito diocesano, incluindo o arquivo histórico existente, e a elaboração de uma normativa comum sobre como gerar documentos, como arquivá-los correctamente e como evitar a dispersão e perda dos fundos documentais das paróquias, instituições e organismos diocesanos.

Assim, a 1 de Fevereiro de 1997 põe-se a funcionar o Serviço Diocesano de Arquivos ¹¹, dependente organicamente da Delegação Diocesana de Património Histórico Cultural, com o fim de unificar a política arquivística da diocese e implementar um sistema de gestão integral de todos os arquivos diocesanos. O Serviço Diocesano de Arquivos, além da recolha sistemática de fundos, e da coordenação e supervisão dos arquivos diocesanos existentes, incluindo o Arquivo Histórico, tem por objectivo assessorar e orientar todos os organismos diocesanos para:

- Arquivar correctamente a documentação produzida na actualidade
- Determinar os prazos de vigência administrativa
- Fixar os critérios de avaliação e conservação de séries
- Regular os prazos de transferências evitando as chegadas extraordinárias de fundos ao arquivo histórico
- Dar tratamento arquivístico aos fundos, elaborando modelos para todos os níveis de arquivo e instrumentos comuns de descrição, catalogação e classificação
- Conseguir uma informatização dos arquivos da diocese

A partir de 1997, dão-se os passos necessários para a implementação do sistema de gestão integral dos arquivos da diocese de Bilbao ¹², integrando o Arquivo

Delegado Episcopal de Património Histórico-Cultural intitulado “Pautas fundamentales para una planificación archivística en la diócesis”, com data de Fevereiro de 1993. Arquivo da Cúria. Diocese de Bilbao.

¹¹ Ver decreto de constituição do Serviço Diocesano de Arquivos / Agiritegien Elizbarutiko Zerbitzua, em Boletín Oficial del Obispado de Bilbao, Março, 1997, página 284. Nele se especificam detalhadamente os motivos da criação deste serviço, suas funções e as atribuições da sua directora, Anabella Barroso, como principal responsável da política arquivística diocesana para elaborar directrizes, normativas e supervisionar e assessorar os diversos arquivos diocesanos, incluindo o Arquivo Histórico. Isto torna-se possível, em Julho de 1997, com a nomeação da responsável do Serviço Diocesano de Arquivos como directora do Arquivo Histórico Eclesiástico de Bizkaia.

¹² Podem consultar-se outras experiências de gestão integral de arquivos e de sistemas de arquivos no campo dos arquivos eclesiais em vários artigos. Por exemplo o de FURLANI, Alfredo, “Sistematización de archivos de una provincia religiosa”. [www.merced.org.ar/guiarcba.sisare07.htm] Consulta realizada no dia 11 de Dezembro

Histórico existente como peça fundamental, onde deve chegar toda a documentação de conservação permanente.

3. Para a criação de um sistema integral de arquivos na diocese de Bilbao

3.1. Fase de análise, diagnóstico e identificação

Numa fase preliminar, fizemos um estudo da história da diocese de Bilbao ¹³ desde a sua criação em 1950, graças ao qual pudemos concluir que a organização diocesana básica se cria, numa primeira fase, de 1950 a 1968, tempo durante o qual se constituem as delegações da cúria, numerosas paróquias, sobretudo nas zonas

de 2001. Mais interessante é o artigo de POTVIN, Lucille, Contribution pour la définition d'une politique des archives religieuses, em AAVV, "Arquivística e arquivos religiosos. Contributos para uma reflexão" Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2000, páginas 53-99, no qual relata a sua experiência nos arquivos religiosos do Canadá, tomando como modelo a gestão integral que propõem ROUSSEAU, Jean-Yves, COUTURE, Carol, *Les fondements de la discipline archivistique*, Presse de l'Université du Québec, 1994. Também na mesma obra destaca-se o Plano de trabalho para o desenvolvimento integrado da arquivística religiosa realizado pela Universidade Católica Portuguesa, páginas 299-305. Também é interessante a consulta de SASTRE, E., "Manual de archivos. El sistema archivístico diocesano: Archivos de la Curia y archivos parroquiales", ANABAD, Madrid, 1999, ainda que haja que assinalar que esta obra, da mesma forma que a de RUBIO, P., *Arquivística eclesialística. Nociones básicas*, Sevilla, 1999 insiste mais nos tipos de arquivos e redes de arquivos que na verdadeira existência de um sistema de gestão integral de arquivos tal como muitos autores o definem em artigos como o de CRUCES BLANCO, E. *Estrategias para la organización de un sistema de archivos. Metodología e instrumentos de desarrollo*. XV Congreso Internacional de Archivos, Sevilla, 2000 ou KETELAAR, E., *Legislación y reglamentos en materia de archivos y gestión de documentos: Un estudio RAMP com directrices*, Paris, 1985. Outros autores também assinalam a necessidade de não confundir os sistemas de arquivos com a rede de arquivos nem com a política arquivística, como por exemplo LLANSÓ, J., *Sistemas archivísticos y gestión de documentos*, em XV Congreso Internacional de Archivos, Sevilla, 2000.

¹³ Para tal são muito interessantes as obras de VILLOTA, I., *La Iglesia en la sociedad española y vasca contemporáneas*, DDB, Bilbao, 1985 e a intitulada *Iglesia y sociedad. España-País Vasco*, Desclée de Brouwer, IDTP, 2000. Também as obras de BARROSO, A., *Sacerdotes bajo la atenta mirada del régimen franquista. Los conflictos sociopolíticos de la Iglesia en el País Vasco desde 1960 a 1975*, IDTP, Bilbao, 1995 e de UNZUETA, A.M., *Vaticano II y Iglesia local*, Bilbao, Desclée de Brouwer, IDTP, 1994. Para os antecedentes imediatos consultar MAÑARICUA, A., *Las nuevas diócesis de Bilbao y San Sebastián y sus antecedentes históricos*, CSIC, Salamanca, 1951, a de PEREA, J., *El modelo de Iglesia subyacente en la pastoral del clero vasco (1918-1936)*,

urbanas, o cabido, o Seminário... etc. A criação de conselhos consultivos e de diversas estruturas de co-responsabilidade em paróquias (conselhos paroquiais, juntas económicas), assim como a remodelação da Cúria, correspondem a uma segunda etapa na história diocesana que vai de 1968 a 1980 e que corresponde à primeira recepção e às dificuldades de adaptação do Concílio Vaticano II numa época especialmente conflituosa a nível sociopolítico. Da mesma forma, podemos estabelecer que numa primeira fase a pastoral vigente tentava o enquadramento dos fiéis em organizações de massas dirigidas pela Igreja como Acção Católica e todos os seus movimentos especializados. A partir dos anos 80, estas associações de fiéis mantêm-se ao mesmo tempo que aparecem distintos movimentos enquadrados dentro da Delegação de Apostolado Secular. O Código de Direito Canónico de 1983, o Manual do Organograma Diocesano ¹⁴ e o Novo Direito paroquial, juntamente com um rastreio dos Boletins Oficiais da diocese de Bilbao e dos sucessivos guias diocesanos publicados na diocese de Bilbao desde 1978 foram de grande utilidade para distinguir e assinalar os diversos organismos, instituições e movimentos diocesanos, cujos arquivos estavam dentro da competência do Serviço Diocesano de Arquivos. A partir daqui podemos elaborar o seguinte organograma de fundos e o possível esquema de funcionamento de todo o sistema.

O trabalho de identificação destes fundos passa por enquadrá-los a todos numa estrutura orgânica que reproduz os níveis hierárquicos de todas as entidades incluídas no Serviço Diocesano de Arquivos e cujos fundos serão depositados, segundo o ciclo vital de documentos e salvo excepções, no AHEB-BEHA. Por isso, num primeiro momento agrupámos os fundos, identificando-os a partir do tipo de organismo produtor (fundo geral da diocese ou cúria, instituições diocesanas, associações de fiéis, arquivos paroquiais, arquivos pessoais, arquivos em depósito ¹⁵). Para cada um fizemos uma ficha na qual registámos a denominação actual do produtor, a data da sua criação, os principais dados para conhecer a sua história, a estrutura orgânica e as suas possíveis alterações e o tipo de documentação que gera. Também assinalámos dados sobre como arquivam a documentação, se utilizam meios informáticos ou não e se necessitam de assessoria ou ajuda por parte do Serviço Diocesano de Arquivos. Finalmente, incluímos uma secção para o diagnóstico final decidindo se deve depositar-se já no Arquivo ou em que condições pode permanecer na própria instituição. A partir do estudo identificativo esta-

IDTP, Bilbao, 1991, 4 vols e AAVV, *Obispados en Alava, Guipúzcoa y Vizcaya hasta la erección de la diócesis de Vitoria*, Seminário de Vitoria, Vitoria, 1964. Da mesma forma são muito interessantes os materiais do Seminário de investigação de história da diocese de Bilbao, realizado por ocasião das bodas de ouro da diocese, no Instituto Diocesano de Teología e Pastoral e que está a ser dirigido por Anabella Barroso.

¹⁴ Publicado por Juan Luis Villota, assessor jurídico da diocese de Bilbao, em 1994 ad usum privatum.

¹⁵ Entendendo por depósito apenas os fundos de carácter não diocesano que, por diversos motivos, tenham sido depositados no arquivo, como por exemplo alguns

beleceremos um ficheiro de controlo de autoridades como meio de recuperação da informação e seguimento das possíveis mudanças de denominação dos produtores.

Actualmente, a situação de muitas paróquias e a escassez de recursos presbiteriais aconselham uma atenção especial à documentação moderna das paróquias e, para tal, o Serviço Diocesano de Arquivos estimou ser necessário fazer uma análise da situação real da documentação em todas as paróquias diocesanas (300 na actualidade). Deste modo, elaborámos uma folha de dados para inquérito-avaliação nos fundos produtores. Preenchemos este formulário quando visitámos as paróquias para poder planificar as transferências e comprovar *in situ* o estado da documentação que ainda conservam. Uma vez analisada a situação, determinámos o prazo no qual a documentação deve ser transferida para o Arquivo ou, se é o caso, as medidas urgentes que necessitam de conservação, encadernação ou armazenamento num lugar adequado enquanto tiverem utilidade pastoral e administrativa imediata. A partir deste inquérito, elaborámos um projecto de normativa para aplicação em todas as paróquias sobre como devem gerar, conservar e guardar a documentação, com a intenção de que esteja em vigor não ano 2003.

Neste sentido, pensamos que a documentação eclesial oferece incontáveis vantagens para a sua normalização e além disso contamos com antecedentes sobre como intervir desde o Arquivo na produção de documentos. A Igreja é uma instituição que editou formulários, deu instruções ao longo dos séculos sobre como gerar a documentação (constituições sinodais, formulários para inscrições de registos que aparecem no princípio dos livros de registo, normas para a rectificação de erros, normativas em boletins), conservou com autêntico zelo e, com maior frequência do que o desejado, como um tesouro a sua documentação durante séculos e inclusivamente estabeleceu que nas visitas pastorais os máximos responsáveis diocesanos controlem o estado dos arquivos (por exemplo os paroquiais) e o fiel cumprimento das normas. Outra questão é que diversas fases históricas tenham dificultado que a documentação esteja bem preenchida ou bem descrita. Isto é mais grave quanto mais moderna é a documentação, porque, à falta de recursos presbiteriais, que obriga a que várias paróquias sejam atendidas pelo mesmo pároco ou, no melhor dos casos, pela mesma equipa, junta-se a escassa formação arquivística que os futuros responsáveis e gestores da documentação paroquial recebem no Seminário e ainda que sejam muitos os leigos que suprem esta função, também carecem da formação adequada.

Tendo em conta que ao arquivo histórico vai chegar toda a documentação de conservação permanente, o organograma de fundos é composto por todos os fundos diocesanos, não só pelos gerados pela diocese ou pela cúria e pelas paróquias, mas também por outros organismos de carácter diocesano. Também incluirão os fundos não diocesanos que por diversos motivos se encontrem no arquivo (como pode ser o caso dos fundos de algum mosteiro, de um arquivo municipal, etc.). Assim, o organograma de fundos fica, por ora, deste modo:

QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO DE FUNDOS

A.- FUNDO GERAL DA DIOCESE OU CÚRIA

01.- GOVERNO

01.01.- BISPOS

01.02.- VIGARARIAS

01.02.01.- Vigararias gerais

01.02.02.- Vigararias episcopais territoriais

01.03.- CHANCELARIA. SECRETARIA GERAL DA DIOCESE

01.03.01. Chancelaria

03.01.02. Notariado

01.03.03. Secretaria geral

01.04.- ÓRGÃOS DE CONSELHO OU CONSULTIVOS

01.04.01. Conselho Episcopal

01.04.02. Conselho de governo

01.04.03. Conselho de Assuntos Económicos

01.04.04. Conselho Presbiterial

01.04.05. Colégio de Consultores

01.04.06. Cabido de Cónegos, catedralício ou colegial

01.04.07. Conselho Pastoral Diocesano

01.04.08. Conselho Diocesano de Religiosos

01.04.09. Conselho Diocesano de Leigos

01.05.- DELEGAÇÕES. SECRETARIADOS. SERVIÇOS.

01.05.01. Delegações

Educação

Catequese

Liturgia

Pastoral social

Apostolado secular

Pastoral de ambientes

Pastoral operária

Pastoral universitária

Pastoral rural

Pastoral marítima

Pastorais específicas

Pastoral da juventude

Pastoral do matrimónio e da família

Pastoral da saúde
 Pastoral da terceira idade
 Pastoral prisional
 Apostolado Secular Associado. Movimentos e associações
 Missões
 Meios de Comunicação Social
 Património Histórico-Cultural
 Museu Diocesano
 Arquivo Histórico Eclesiástico
 Bibliotecas de entidades diocesanas
 Comissão Diocesana de Peritos em órgãos e harmónios
 Serviço Diocesano de Arquivos
 Religiosas de Clausura
 Pastoral Vocacional

01.05.02 Secretariados (actualmente não existem, mas houve ao longo da história diocesana)

01.05.03 Serviços

Serviço de formação de leigos
 Serviço Vicarial do Clero
 Relações Interconfessionais e Migração e Turismo
 Serviço de Audiovisuais

02.- JUSTIÇA

02.01.- VIGÁRIO JUDICIAL

02.02.- TRIBUNAL ECLESIAÍSTICO

02.02.01.- JUÍZES DIOCESANOS

02.02.02.- AUDITOR

02.02.03.- RELATOR

02.02.04.- PROMOTOR DA JUSTIÇA ou FISCAL

02.02.05.- DEFENSOR DO VÍNCULO

02.03.- NOTÁRIO

03. ERÁRIO E ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL

03.01.- Ecónomo ou gerente diocesano

03.01.01.- Administração

03.01.02.- Património Imobiliário

03.01.03.- Registo de escrituras e procurações

03.01.04.- Caixa diocesana de Compensação

B.- INSTITUIÇÕES DIOCESANAS

- 01.- Seminário Diocesano
- 02.- Fundações canónicas autónomas
 - Instituto Diocesano de Teologia e Pastoral
 - Instituto Labayru
 - Escola Diocesana de Educadores
- 03.- Fundações civis
 - Gizakia
 - Lagungo. Centro de orientação familiar
- 04.- Serviços diocesanos (não curiais)
 - Cáritas
 - Rádio Popular
 - Biscaia Irratia
 - Livraria Diocesana
 - Arquivo Histórico Eclesiástico de Biscaia
 - Museu Diocesano
- 05.- Centros de ensino
 - 05.01. Centros de ensino de titularidade diocesana
 - Escola Universitária “Begoñako Andra Mari”
 - Educação Infantil, Ensino Básico e Ensino Secundário
 - Ikastolas
 - Escolas de Formação Profissional
 - 05.02. Centros de ensino de gestão diocesana

C.- ASSOCIAÇÕES DE FIÉIS

- 01.- Movimentos Apostólicos de Acção Católica
 - HOAC
 - MJAC
 -
 -
- 02.- Movimentos
 - Euskalerriko Eskautak
 - Geideak
 -
- 03.- Associações
 - Justiça e Paz
 - Adoração Nocturna
 -
- 04.- Comunidades eclesiais
 - Comunidades carismáticas

Comunidades neocatecumenais

Adsis

05.- Confrarias Penitenciais

D.- ARQUIVOS PAROQUIAIS

E.- ARQUIVOS PESSOAIS

Aqui estão incluídos todos os arquivos pessoais de sacerdotes e bispos.

F.- ARQUIVOS EM DEPÓSITO

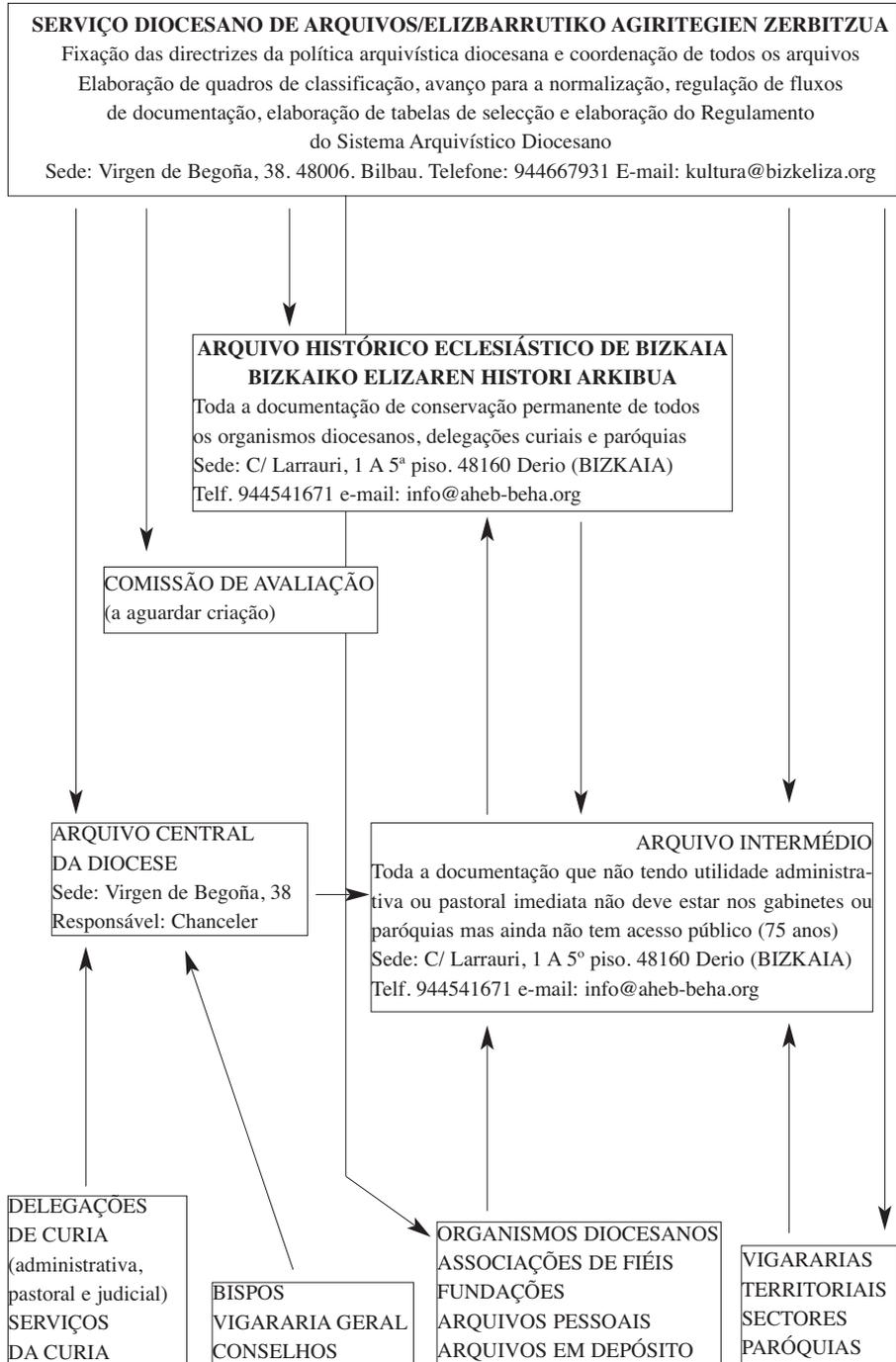
01.- ARQUIVO MUSICAL (se não são fundos paroquiais)

02.- ARQUIVOS DE INSTITUIÇÕES ECLESIASTICAS

03.- ARQUIVOS DE INSTITUIÇÕES CIVIS

No quadro seguinte podemos ver o esquema de funcionamento ideal do sistema de arquivos e como o Serviço Diocesano de Arquivos dá as directrizes e orientações e a coordenação de todos os arquivos diocesanos, assim como a regulação de transferências e fluxos de documentação. O Arquivo Central da Diocese, cujo responsável é o chanceler, guardará a documentação da cúria e os dos bispos durante 30 anos e daí passará ao Arquivo Intermédio, onde a documentação de conservação permanente está até ser disponibilizada ao público (após 75 anos, segundo o Regulamento de Arquivos Eclesiásticos). A este Arquivo Intermédio também chega a documentação das instituições, organismos, associações de fiéis, arquivos pessoais, onde está durante 75 anos e, uma vez cumprido o prazo, toda a documentação que a comissão de avaliação tenha determinado que é de conservação permanente passa directamente ao histórico (que está na mesma sede que o intermédio). O Arquivo Histórico Eclesiástico converteu-se, como já referimos, na peça central do sistema. Todos os prazos de vigência administrativa são provisórios até à criação da Comissão de Avaliação e até um estudo definitivo de avaliação das diferentes séries.

Posteriormente estabelecemos fases para o estudo exaustivo de cada um dos tipos de fundos e para a elaboração de quadros de classificação detalhados, começando em primeiro lugar pelos fundos paroquiais. Para tal, após uma reunião informativa com os vigários e os delegados de sector, na qual todos apresentaram a necessidade de uma normativa e de critérios comuns, estabelecemos uma primeira fase na qual analisávamos cinco paróquias de cada uma das sete vigararias, para realizar uma pesquisa com a qual se pudesse fazer um diagnóstico *a priori* do estado em que se encontravam os fundos existentes nas paróquias e dos principais pontos para elaborar uma normativa. A situação era muito matizada e encontrávamos paró-



quias em que a documentação estava muito bem conservada e inclusivamente tinham informatizado a gestão paroquial, e outras em que só se prestava atenção aos livros sacramentais. Em geral, o problema mais inquietante é a falta de directrizes para saber como arquivar a documentação moderna, especialmente a gerada a partir do Vaticano II. Nalguns casos, também se identifica certa negligência no momento de preencher correctamente os livros de registo sacramentais, ainda que em geral haja grande preocupação em saber se estes livros podem ou não ser de acesso público. Além disso, a utilização de distintos *software* para a gestão paroquial apresenta uma dupla questão. Por um lado, a necessidade de unificar critérios para a produção de documentos electrónicos e por outro lado, o salto qualitativo que isto implica para considerar a futura possibilidade de utilizar este meio para os registos sacramentais, com validade jurídica e canónica para não o ter que duplicar e passar aos livros. Mesmo que em princípio tenhamos pensado enviar o questionário por correio, optámos finalmente por continuar com o trabalho de campo para comprovar *in situ* não só o estado da documentação como também em que lugares se conserva e quem são os responsáveis do seu cuidado. Isto atrasou o processo, mas proporciona-nos uma informação muito valiosa, que além disso nos permite completar o inventário e catálogo já existente, assim como facilita o estudo das séries com o objectivo de definir o quadro de classificação.

Em Setembro de 2002, começámos o estudo mais exaustivo dos fundos integrados no Arquivo Central da Diocese. Nesta secção situamos a documentação produzida pelo bispo e pela sua cúria episcopal no governo ordinário da diocese através das diversas actividades de governo, justiça e administração. Neste momento, estamos a estudar a possibilidade de que por sua vez seja um agrupamento de fundos¹⁶, porque a entidade dos departamentos que o compõem e a abundância de documentação nalguns deles (por exemplo a Delegação de Ensino, Notariado, Administração Diocesana) estão a levar-nos a uma redefinição. Completaremos a ficha identificativa em todos os departamentos da cúria e perfilaremos melhor este organograma de fundos, estabelecendo também a tabela de selecção desta documentação nas próprias delegações, depois no Arquivo Central da Diocese e a sua passagem ao Arquivo Intermédio.

Quanto ao resto dos fundos de instituições, organismos autónomos, arquivos pessoais e associações de fiéis atendemos os seus pedidos de assessoria ou de transferência extraordinária ao arquivo intermédio ou, em caso disso, ao arquivo histórico, mas de momento só temos um censo identificativo destes organismos.

arquivos pessoais de gente não vinculada à diocese ou os fundos municipais que, devido a diversas fases históricas, e em estreita consonância com a história religiosa e civil do País Vasco, se encontravam depositados nas paróquias, da mesma forma que parte dos fundos das paróquias se encontra em arquivos municipais ou forais, pelo facto de as

4. O Arquivo Histórico Eclesiástico de Biscaia: peça fundamental do sistema arquivístico da diocese de Bilbao

Como já dissemos, o AHEB-BEHA começa por ser um arquivo de concentração de fundos paroquiais e passa a integrar-se e ser a peça chave do sistema arquivístico diocesano, pelo que, além dos fundos paroquiais (iniciou-se uma nova fase de recolha sistemática de documentação anterior a 1930), o Seminário Diocesano, o Instituto Diocesano de Teologia e Pastoral, Acção Católica de Homens, Acção Católica de Mulheres, ASCEA, Apostolado Secular, Conselho Diocesano de Laicos, Secretariado de Juventude, Rádio Popular, Cáritas e diversas delegações curiais solicitaram assessoria ao Serviço Diocesano de Arquivos ou enviaram fundos ao Arquivo Histórico Eclesiástico de Biscaia para serem classificados e descritos. Também se integraram neste arquivo todos os arquivos pessoais de sacerdotes ou pessoas relevantes da diocese que, em dado momento, a secção de história do Departamento de Ciências Humanas e Sociais do Instituto Diocesano de Teologia e Pastoral tinha recolhido.

O AHEB-BEHA está organizado em 9 áreas de trabalho (incluindo a direcção), para levar a cabo as diferentes tarefas, e também criámos uma equipa de estudo para questões propriamente arquivísticas (normalização, conservação de documentos electrónicos, etc.). nos livros sacramentais, iniciámos um programa de *indexação*, de tal modo que a localização de registos seja imediata, tanto na sala como na página web específica do arquivo. Também retomámos o projecto de *transcrição de fontes* medievais, continuamos e renovamos a *política de conservação e preservação* dos fundos e desenhámos um *sistema para a gestão integral do arquivo* (controlo de leitores, de pedidos, de consultas, gestão do espaço, gestão da documentação...) que nos permita melhorar a qualidade dos nossos serviços.

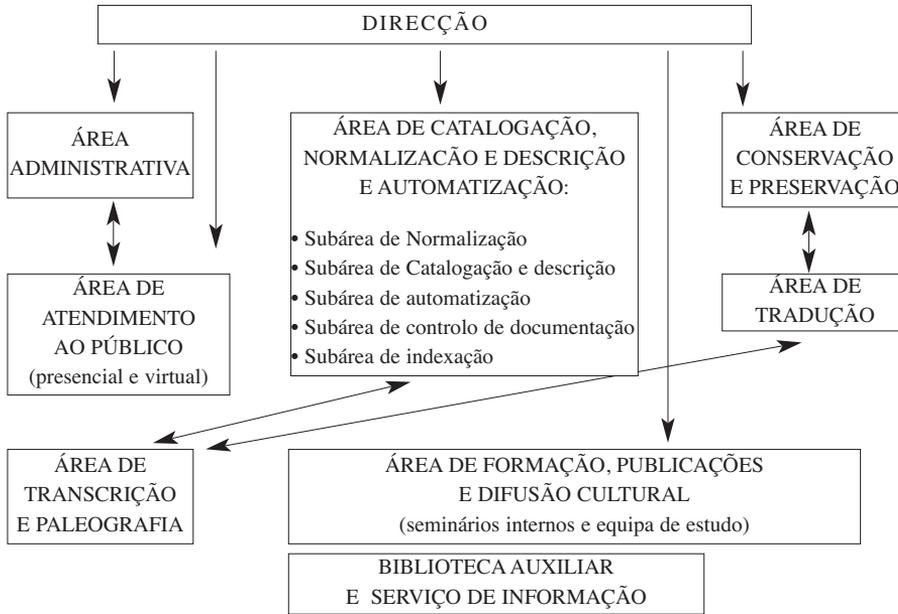
4.1. Programa descritivo do AHEB-BEHA

A planificação descritiva dos arquivos eclesiais deve incluir os mesmos elementos que a de qualquer outro arquivo, em função das características de cada fundo e da identificação das necessidades de pesquisa dos leitores externos e internos. Por isso, a elaboração de quadros de classificação torna-se no primeiro passo e, neste sentido, estamos de acordo com a ideia expressada por muitos autores de que o quadro de classificação é o primeiro instrumento de descrição do Arquivo¹⁷. Como sabemos, o quadro de classificação tem que reflectir de forma sistemática,

igrejas estarem sob a alçada das autarquias.

¹⁶ Esta redefinição parece-nos mais exequível a partir da leitura do artigo de BERNAL, Angels; DURAN, Anna “La identificació de fons de l’Administració a l’Arxiu Nacional de Catalunya”. Lligall, 18/2001. páginas 165-211. É um artigo francamente clarificador.

¹⁷ BONAL, J.L., , *La descripción archivística normalizada: origen, fundamentos*



lógica, simples, flexível e coerente a estrutura de uma organização ou instituição e o exercício das suas funções¹⁸. É, como assinala Roberge, uma estrutura hierárquica e lógica que reflecte as funções e actividades de uma organização.¹⁹ Por isso, num processo causa-efeito, da elaboração do quadro depende o conhecimento dos fundos e vice-versa, um maior conhecimento dos fundos e da organização permitirá reflecti-lo hierarquicamente num quadro e a partir daqui desenvolver todo o programa descritivo de cada arquivo.

Este arquivo, sem esquecer a sua especificidade, não pode ficar à margem das novas técnicas descritivas, como não o fez no momento da sua criação. Por isso, desde 1998, estamos a transformar e a adaptar todos os catálogos e inventários anteriores a fim de os difundir de forma normalizada mediante a aplicação da ISAD(G)²⁰. Para pôr em marcha o programa de identificação, classificação e des-

y técnicas, Ed. Trea, 2001 (páginas 175 e seguintes); LOPEZ GOMEZ, P., “La archivística española en la actualidad: su evolución entre 1975 e 1995”, em *História de los archivos y a archivística en España*, Valladolid: Universidad, 1998. Ver também na revista *Irargi*, o número 4, publicado em 1991, diversos artigos e as conclusões das Jornadas de Archivística de Euskadi sobre descrição archivística.

¹⁸ Ver LOPEZ GOMEZ, P. (Coor), *Organización de fondos de los archivos históricos provinciales*, ANABAD, 1994 onde expresa as características dos quadros de classificação nos arquivos históricos segundo a Comissão Nacional de Arquivos

crição que elaborámos para todos os fundos, desenhámos uma tabela de planificação descritiva e uma base de dados em *File Maker*. Nos livros sacramentais, iniciámos um programa de indexação, de tal modo que a localização de registos seja imediata, tanto na sala como numa página *web* específica do arquivo que arrancará no final de 2002 ²¹. Também retomámos o projecto de transcrição de fontes medievais ²², estamos a continuar e a renovar todo o programa de conservação e preservação dos fundos e desenhámos um sistema para a gestão integral do arquivo (controlo de leitores, de pedidos, de consultas...) que nos permita melhorar a quali-

Históricos, La Coruña, 1988.

¹⁹ ROBERGE, M., “Le système de classification des documents administratifs”, em Lligall, 2, 1990.

²⁰ Ver CASTILLO, C., ROMERO, A., “El tratamiento archivístico del AHEB-BEHA, una propuesta de adaptación de la norma ISAD(G)” apresentada em *V Jornadas de Castilla-La Mancha sobre investigación en archivos: Iglesia y religiosidad en España. Historia y Archivos*. Guadalajara 8-11 de Maio de 2001 (no prelo) e CASTILLO, C., ROMERO, A., “La automatización de la colección de pergamiños del AHEB-BEHA”. Homenagem ao professor J.A. Martín Fuentes, Área de Biblioteconomía e Documentação da Universidade de León, 2001. Também ver “Archivo Histórico Eclesiástico de Bizkaia. 1976-2001”, memória editada pelo próprio arquivo, Derio, 2001. Desde então, a nossa proposta evoluiu após um ano de trabalho e reflexão das equipas de estudo do próprio arquivo e a participação na comissão autonómica de normalização. Recolhemos neste artigo parte do nosso contributo em BARROSO, A., CASTILLO, C., Normalização da descrição arquivística. Proposta de adaptação da ISAD(G) no AHEB-BEHA nas I Jornadas de Archivística Eclesiástica, Bilbao, Maio 2002. Edição fotocopiada pelo próprio arquivo, páginas 73-94. Analisámos e avaliámos positivamente a experiência relatada por QUILEZ, J., “Adaptación de la ISAD(G) en los fondos parroquiales del Archivo Histórico del Arzobispado de Tarragona”, Lligall, nº 15, 1999.

²¹ Após a assinatura no ano 2000 de um convénio das dioceses de Bilbao, San Sebastián e Vitória com o Governo Vasco e o seu centro de património Documental, Iragi, para a digitalização de fundos, estamos a criar o Serviço Digital do Arquivo, para que os fundos digitalizados possam ser consultados em rede na própria sala do arquivo e para que através da página *web* que arrancaremos em 2002 se possam consultar os catálogos, índices e inventários, de tal maneira que se possa solicitar e fornecer documentação, especialmente registos sacramentais, por correio electrónico. Neste projecto de digitalização trabalhamos conjuntamente com os arquivos diocesanos de San Sebastián e Vitória.

²² Na sua maioria correspondem-se com a colecção factual de pergaminhos que foi transcrita por Asier Romero Andonegi. A esta colecção aplicámos a primeira adaptação da ISAD(G) no arquivo. Ver CASTILLO, C., ROMERO, A., “El tratamiento archivístico del AHEB-BEHA, una propuesta de adaptación de la norma ISAD(G)” apresentada em *V Jornadas de Castilla-La Mancha sobre investigación en archivos: Iglesia y religiosidad en España. Historia y Archivos*. Guadalajara 8-11 de Maio de 2001 (no prelo) e CASTILLO, C., ROMERO, A., “La automatización de la colección de pergaminos del

dade dos nossos serviços. Além dos formulários para a gestão do espaço ²³ e da documentação ²⁴, o sistema inclui a criação e informatização dos formulários para a gestão de usuários ²⁵.

Na nossa planificação descritiva, tentámos compatibilizar três objectivos fundamentais: a automatização dos instrumentos descritivos existentes, a actualização da classificação intelectual e o desejo de aplicar as Normas Internacionais de Descrição Arquivística ISAD(G) ²⁶ para uma futura recuperação da informação que

AHEB-BEHA". Homenagem ao professor J.A. Martín Fuentes, Área de Biblioteconomía e Documentación da Universidade de León, 2001. E também a edição digital intitulada *Sellos y pergaminos do AHEB-BEHA: una propuesta de catalogación Bilbao, AHEB-BEHA, 2001*. Como se pode compreender, é o único caso em que o programa descritivo é tão detallado ao nível de peça. Para o resto de unidades documentais simples, ainda que também fosse interessante por questões extra-arquivísticas, não há nem recursos humanos nem económicos, e neste momento o programa descritivo do AHEB-BEHA prima a macrodescrição.

²³ Tabela e registo gráfico de localização no depósito e concordância entre cota antiga e nova cota após a implementação do número currens.

²⁴ Formulário para controlo de consultas internas / externas de documentação original. Esta tabela permite saber que documentação original se consulta e os motivos pelos quais se acede ao original (comprovação de estado de conservação, consulta interna para reprografia, devendo anotar então o número de pedido; consulta para investigadores, em cujo caso há que anotar o número de investigador; cotejo com inventário para actualização da catalogação...), formulários para requisições temporárias de documentação, para reprodução fotográfica, estado de conservação, transferências, folhas de dados para inquérito--avaliação em fundos produtores, ficha simplificada de entrada de dados para catalogação ISAD(G) e ficha que inclui todas as áreas da norma, formulários de ajuste automático para certificados de baptismo, casamento e óbitos.

²⁵ Todas os pedidos de serviço devem ter um registo de entrada e de saída, para poder realizar estatísticas dos serviços que se prestam no Arquivo. Anualmente enviamos às paróquias informação dos movimentos que a documentação teve, o número de investigadores que a utilizou e o tema objecto de investigação. Os expedientes de utentes do serviço de arquivo. Permite fazer um seguimento dos investigadores que visitam o Arquivo, a evolução dos seus temas de investigação e os seus dados pessoais. Serviços de reprografia, cópias literais e certificados (requisições e tabela de controlo). Mediante a tabela de controlo dos serviços de reprografia podemos saber o tempo que demoramos a atender um pedido e o estado concreto em que se encontra (localizado, enviado, impossível localização, etc.). Também contamos com uma tabela de atribuição e controlo de marcação prévia para os usuários e outra para anotar receitas por serviços de reprografia, cópias literais e certificados. Este serviço é o único que gera receitas próprias ao arquivo e aumentou consideravelmente desde 1998, ainda que não chegue para sufragar o 2 % do orçamento anual.

²⁶ Neste sentido, desde 1998, iniciámos o trabalho de adaptação das ISAD(G) na sua versão de 1994 e posteriormente da versão apresentada no XIV Congresso Internacional de Arquivos de Sevilla, Set. 2000. A destacar também: BONAL ZAZO,

assegure uma maior difusão e um maior intercâmbio. Isto obrigou-nos a sistematizar as pautas de descrição do AHEB-BEHA, combinando uma catalogação retrospectiva daquilo que estava já descrito com o tratamento arquivístico do que não o estava e de forma paralela, elaborando uma proposta de adaptação da ISAD(G) ao nosso sistema arquivístico. Este estudo paralelo retarda o trabalho de catalogação, mas possibilita um maior conhecimento sobre as pautas de aplicação da norma, sobretudo em níveis intelectuais.

De forma paralela, no caso dos fundos paroquiais, dado que são os únicos postos à disposição do público ²⁷, adoptamos uma maior profundidade descritiva. Em geral, podemos dizer que o objectivo fundamental da descrição realizada no AHEB-BEHA durante os vinte primeiros anos do seu funcionamento (1976-1996) foi a descrição da documentação sacramental e não sacramental que estava encadernada. Este trabalho foi plasmado no inventário de sala e no catálogo ²⁸ e, graças a ele, a aplicação da ISAD(G) ²⁹ foi relativamente simples, porque contávamos com um catálogo muito detalhado dos volumes depositados até 1983. No caso da documentação sacramental, o programa de digitalização obrigou-nos a dedicar maiores esforços à elaboração de índices detalhados ³⁰ como meio de recuperação das ima-

José Luís; GENERELO LANASPA, Juan José; TRAVESÍ DE DIEGO, Carlos, *Manual de Descripción Multinivel: Propuesta de adaptación de las normas internacionales de descripción archivística*, Junta de Castilla y León, Conselharia de Educação e Cultura, [Valladolid], 2000; a proposta UNIMARC emanada do Arquivo Municipal de Cartagena, TORNEL COBACHO, Cayetano; DELGADO GÓMEZ, Alejandro, “La informatización de archivos a partir de la aplicación de la norma ISAD(G): Propuesta de un formato de entrada de datos basado en la norma ISO 2709: 1981”, em *III Congreso de la Asociación de Archiveros de Andalucía*, Córdoba, 1998, cit. TRIA, n.º 6 (1999), pp. 201-231; HEREDIA HERRERA, Antonia, *La norma ISAD(G) y su terminología: análisis, estudio y alternativas*, Madrid: ANABAD: Arco/Libros, DL 1995, assim como a nova versão em *ArchiVamos*, n.º 36-37, 2.º e 3.º trimestre 2000, pp. 5-11, entre outros, e em especial o número 4 da revista TABULA para um estudo comparativo das normas, dedicado monograficamente à normalização da descrição arquivística. Também o volume 17 da Revista Lligall reúne os contributos das VIII Jornades d’Arxivística Catalanas dedicadas à normalização arquivística.

²⁷ Segundo o Regulamento de Arquivos Eclesiásticos, (1976), Art. 3.1.6., não se porá à disposição do público documentação com menos de 75 anos. No caso de fundos de instituições, associações de fiéis e arquivos em depósito, a direcção do arquivo pode realizar um estudo de acessibilidade para a autorização da consulta ou não. No caso de documentação do Fundo Geral da Diocese depositada no AHEB-BEHA só atendemos pedidos de uso interno das próprias delegações curiais.

²⁸ Editado para uso interno pelo próprio arquivo em 1983, foi dirigido por Pedro Ojanguren e elaborado com extrema minuciosidade por Maite Arana. É um instrumento descritivo de grande valor para o conhecimento da documentação paroquial do arquivo e, em grande parte, ainda está à disposição do público em sala uma versão resumida desse catálogo.

gens e da informação contida em os diversos registos sacramentais. Por outro lado, também na documentação não sacramental (na qual incluímos os papéis vários) estamos a elaborar descritores que facilitem a busca e, definitivamente, ampliar a nossa oferta ao numeroso público do Arquivo.

5. Em jeito de conclusão

Ao longo destas páginas quisemos apresentar algumas linhas de actuação da política arquivística na diocese de Bilbao e da forte aposta realizada pela criação de um sistema de gestão integral de arquivos no qual integrar toda a documentação gerada por todos os organismos diocesanos. Isto foi acompanhado de uma séria opção pela profissionalização e aplicação das técnicas arquivísticas adequadas a cada tipo de fundos. Além disso, existe uma grande preocupação pela documentação, desde a sua fase de criação, para que se archive e se conserve correctamente.

Desde a criação do Serviço Diocesano de Arquivos, o Arquivo Histórico Eclesiástico de Biscaia está num momento de renovação, fruto do apoio decisivo e decidido de os responsáveis do Património Cultural da diocese de Bilbao e da ajuda, ainda que com altos e baixos, da administração civil. Com isto, o Arquivo Histórico Eclesiástico de Biscaia, sem deixar de ter uma função pastoral inegável, oferece, difunde e põe ao serviço da investigação histórica a documentação eclesial e a paroquial gerada desde o século XVI. Quisemos dar a conhecer o funcionamento do Arquivo Histórico Eclesiástico de Biscaia desde a sua criação em 1976 como resposta, entre outros factores, a uma contínua procura para consultar a documentação paroquial por parte de um público variado de investigadores e interessados na sua própria história familiar ou na da sua localidade. Ao converter-se na peça chave do sistema arquivístico diocesano também pontuou o facto de a este arquivo chegar toda a documentação de conservação permanente para ser custodiada e, depois de receber o tratamento arquivístico adequado, ser posta à disposição do público logo que seja possível ou segundo os estudos de acessibilidade pertinentes. Inclusivamente para assegurar a conservação dos documentos originais, incluiu na sua política de preservação programas de reprodução dos fundos noutros suportes (microfilmes em 1978 e digitalização desde o ano 2001) e facilitará ao máximo a consulta com o arranque do Serviço Digital do Arquivo.

Por outro lado, quisemos ressaltar o trabalho realizado no Arquivo no sentido de uma normalização da descrição e da adaptação da Norma ISAD(G). Neste sentido, con-

²⁹ Ver CASTILLO, C., ROMERO, A. “El tratamiento archivístico del AHEB-BEHA, una propuesta de adaptación de la norma ISAD(G)” apresentada em *V Jornadas de Castilla-La Mancha sobre investigación en archivos: Iglesia y religiosidad en España. Historia y Archivos*. Guadalajara 8-11 de Maio de 2001 (no prelo) e CASTILLO, C., ROMERO, A., “La automatización de la colección de pergaminos del AHEB-BEHA”. Homenagem ao professor J. A. Martín Fuentes, Área de Biblioteconomía e Documentação da Universidade de León, 2001. Também ver “Archivo Histórico Eclesiástico de Bizkaia. 1976-2001”, memória editada por el propio archivo, Derio, 2001. Desde então, a nossa proposta evoluiu após um ano de trabalho e reflexão das equipas de estudo do próprio arquivo.

³⁰ Consideramos que o programa de indexação fica à margem da aplicação da ISAD(G), porque estabelecemos que a unidade documental simples é o nível mais baixo da descrição. Em nenhum momento, cremos que os índices resultantes do programa de

sideramos que a validez das ISAD(G) como marco comum de descrição é muito válido porque representa os usos descritivos existentes analisados de forma sistemática e globalizadora. Introduce algumas novidades importantes como a estrutura multinível e a obrigatoriedade de relacionar hierarquicamente as descrições, sendo estas também coerentes em sentido horizontal. Não esqueçamos que o fim último da Norma, e talvez o motivo da sua origem, é a publicidade informatizada dos catálogos, a sua interconexão internacional e a sua difusão em grande escala. As normas sugeridas, os modelos de descrição propostos, devem ajustar-se às realidades de cada arquivo, tanto em uso como em profundidade de descrição. Não devemos esquecer que a informatização dos arquivos e, portanto, a dos seus instrumentos de descrição e difusão, facilita muitíssimo o trabalho, mas também obriga a uma forte parametrização e profunda reflexão do modelo de representação da informação que se quer consignar e difundir. Cremos que os arquivos eclesiásticos não devem ficar, uma vez mais, à margem da evolução das técnicas descritivas nem da normalização. A planificação descritiva e o tratamento arquivístico dos arquivos eclesiásticos deve incluir os mesmos elementos que a de qualquer outro arquivo, em função das características de cada fundo e da identificação das necessidades de pesquisa dos leitores externos e internos. Enfrentar o desafio da normalização descritiva não só não diminui a função pastoral da documentação eclesiástica, como pelo contrário permite cumprir um dos fins de uma instituição cujos planos de evangelização, entre outros objectivos, procuram tornar efectiva a relação entre fé e cultura. Uma forma excelente de combinar esses dois conceitos é pôr a documentação eclesiástica ao serviço da comunidade na qual se insere com as exigências requeridas pela evolução da sociedade da informação na qual a Igreja, como uma instituição mais, se encontra mergulhada.